



## LEI COMPLEMENTAR Nº 382

*Dispõe sobre a transformação da Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo . ADERES em autarquia e dá outras providências.*

### O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** A Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo . ADERES<sup>1</sup> . Empresa Pública criada pela Lei nº. 5.303, de 13.12.1996, fica transformada em autarquia, mantida a sua denominação atual.

**Parágrafo único.** As expressões Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo e ADERES equivalem-se nesta Lei Complementar.

**Art. 2º** A ADERES é uma autarquia, com personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo . SEDETUR.

**§ 1º** A ADERES tem sede e foro em Vitória, capital deste Estado, e jurisdição em todo o território estadual, gozando no que se refere aos seus bens, receitas e serviços, das regalias, privilégios, isenções e imunidades conferidas à Fazenda Pública.

**§ 2º** A ADERES poderá receber a qualificação de Agência Executiva, por meio de Decreto do Governo do Estado, condicionado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos na legislação vigente, especialmente o Decreto Federal nº. 2.487, de 02.2.1998.

**Art. 3º** A ADERES tem por finalidade articular, elaborar e realizar a gestão de programas e projetos que promovam o desenvolvimento sustentável e que elevem o padrão de competitividade de setores econômicos, de regiões e da economia do Estado do Espírito Santo.

**Art. 4º** Para consecução da sua finalidade, a ADERES desempenhará as seguintes atividades:

---

<sup>1</sup> A ADERES fica vinculada à SEDETUR que por meio da Lei Complementar nº 384/2007, passou a denominar-se SEDES.

• Através do Decreto nº 2942 ó R (D.O de 10.01.2012 a ADERES passou a denominar-se Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - ADERES

**I** - articular órgãos públicos federais, estaduais e municipais, visando à integração e a intercomplementariedade de especializações e responsabilidades funcionais, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável;

**II** - articular e catalisar pessoas, empresas, organizações privadas, públicas e da sociedade civil, com fulcro na viabilização de programas e projetos estruturantes e de desenvolvimento local e regional;

**III** - viabilizar por meio de parcerias e/ou diretamente a elaboração de estudos, planos, programas e projetos;

**IV** - gerenciar programas e projetos estruturantes e de parceria público-privada prioritários, por delegação da SEDETUR ou de responsabilidade programática de outras secretarias, por determinação do Governo do Estado;

**V** - identificar e negociar recursos orçamentários do Governo Federal e de outras fontes, para viabilização de projetos estruturantes;

**VI** - coordenar e gerenciar ações de forma a viabilizar o apoio e a parceria do Governo do Estado na implementação de projetos estruturantes de iniciativa do Governo Federal;

**VII** - promover a identificação, produção, circulação e divulgação de informações relevantes sobre a economia do Estado do Espírito Santo;

**VIII** - realizar eventos, direta ou indiretamente, visando a concretização de parcerias, a divulgação das potencialidades setoriais e regionais, a atratividade de investimentos e a viabilização de programas e projetos;

**IX** - desenvolver quaisquer outras atividades que propiciem a concretização de programas e projetos relacionados com a sua finalidade.

**Art. 5º** A estrutura organizacional básica da ADERES é a seguinte:

**I** - Nível de Direção Superior:

**a)** Conselho de Administração;

**b)** a posição do Diretor-Presidente;

**II** - Nível de Assessoramento:

**a)** Secretaria Executiva;

**b)** Assessoria Jurídica;

**c)** Assessoria Especial;

d) Assessoria de Comunicação;

**III - Nível de Gerência:**

a) Diretor Técnico;

b) Diretor Administrativo e Financeiro;

**IV - Nível de Execução Programática:**

a) Gerência Administrativa;

b) Gerência Financeira;

c) Gerência Especial de Projetos Setoriais;

d) Gerência Especial de Projetos de Parcerias Público-Privadas;

e) Gerência Especial de Projetos Regionais.

**Parágrafo único.** A representação gráfica da estrutura organizacional básica da ADERES é a constante do Anexo I, que integra esta Lei Complementar.

**Art. 6º** O Conselho de Administração da ADERES, órgão deliberativo e normativo, terá a seguinte composição:

I - o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo, seu Presidente e membro nato;

II - o Diretor-Presidente da ADERES, membro nato;

III - um representante da Secretaria de Estado de Governo;

IV - um representante da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento;

V - um representante do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo;

VI - 3 (três) representantes de livre escolha do Governador.

**§ 1º** Os integrantes do Conselho de Administração, exceto seus membros natos, serão nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 2 (dois) anos, permitida apenas 1 (uma) recondução.

**§ 2º** O Diretor-Presidente da ADERES não terá direito a voto nas deliberações referentes aos seus relatórios, prestação de contas e outros atos de sua responsabilidade.

**§ 3º** As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas pelo Diretor-Presidente da ADERES.

**§ 4º** O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente, 1 (uma) vez a cada quadrimestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por decisão da maioria absoluta de seus membros, sempre que o interesse do órgão assim o exigir.

**§ 5º** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o voto de desempate.

**§ 6º** Poderão participar, sem direito a voto, das reuniões do Conselho de Administração, a convite de seu Presidente, autoridades, assessores técnicos e outras pessoas que possam contribuir com subsídios para a tomada de decisões.

**Art. 7º** Compete ao Conselho de Administração:

**I** - fixar as diretrizes gerais para a elaboração do Plano Estratégico e dos Planos de Trabalho e de Negócios do órgão;

**II** - aprovar os planos e programas anuais, as propostas orçamentárias anuais e plurianuais e suas alterações, bem como solicitações de créditos adicionais;

**III** - examinar e aprovar relatórios de desempenho e demonstrativos de prestação de contas e aplicação de recursos orçamentários e extra-orçamentários;

**IV** - apreciar e aprovar o sistema de administração de pessoal, seus respectivos quadros, planos de cargos e salários, retribuições e vantagens e regulamento geral, tudo em consonância com a Política de Recursos Humanos estabelecida pelo Poder Executivo Estadual;

**V** - manifestar-se sobre as prestações de contas e relatórios das atividades administrativas e operacionais emitidas pelo Diretor-Presidente, bem como sobre balanços, as demonstrações de resultados e as demais demonstrações financeiras e patrimoniais da ADERES;

**VI** - autorizar o recebimento de doações que criarem ônus para a ADERES;

**VII** - autorizar a aquisição, propor gravame ou alienação de bens imóveis da autarquia, observando a legislação aplicável à matéria;

**VIII** - aprovar os convênios com outros órgãos do Poder Público Federal, Estadual e Municipal e com entidades representativas da sociedade civil e da iniciativa privada;

**IX** - opinar e deliberar sobre assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor-Presidente da ADERES;

**X** - estabelecer seu regimento interno.

**Art. 8º** A Diretoria Executiva da ADERES será constituída por 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Técnico e 1 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, nomeados pelo Governador do Estado.

**Art. 9º** À Diretoria Executiva cabe o planejamento, a organização, a coordenação, o controle e a avaliação das atividades da ADERES, competindo-lhe especificamente cumprir e fazer cumprir as normas legais; apreciar o regimento interno, o quadro e escalas salariais de pessoal, para encaminhá-los ao Conselho; apreciar e aprovar os convênios, acordos, ajustes e contratos; autorizar a locação de serviços; acompanhar a execução e avaliar resultados das atividades do órgão; apreciar e encaminhar ao Conselho de Administração relatório anual e prestação de contas anuais; elaborar a proposta orçamentária; prover os casos omissos no regulamento do órgão.

**Art. 10.** Ao Diretor-Presidente compete planejar, organizar, coordenar, controlar e gerir as atividades do órgão, obedecendo às resoluções, diretrizes e normas aprovadas pelo Conselho de Administração; promover a elaboração de planos, programas, metas, objetivos e orçamentos anuais e plurianuais, submetendo-os ao Conselho de Administração; firmar convênios, acordos, ajustes e contratos; supervisionar, coordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas do órgão; autorizar despesas; designar os responsáveis pelas unidades orgânicas e coordenar a elaboração do plano de ação do órgão; delegar atribuições ao Diretor Técnico e ao Diretor Administrativo e Financeiro e exercer outras atividades necessárias para o alcance da finalidade do órgão.

**Art. 11.** À Assessoria Jurídica compete a prestação de assistência jurídica permanente à ADERES, sua representação ativa e passiva, em juízo, perante os Tribunais, ou fora deles, nos casos contenciosos, administrativos ou amigáveis; a colaboração com as demais unidades administrativas da autarquia, na elaboração de normas, instruções, resoluções e demais atos a serem expedidos, bem como na interpretação de textos e instrumentos legais; o estudo de pareceres sobre questões jurídicas que envolvam as atividades da ADERES; o exame de editais, minutas de contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados pela autarquia, com a emissão de parecer, bem como a prática de todos os demais atos de natureza judicial ou contenciosa; outras atividades correlatas.

**Parágrafo único.** O cargo de provimento em comissão de Chefe da Assessoria Jurídica da ADERES será provido por profissional inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil . OAB.

**Art. 12.** À Secretaria Executiva compete a prestação de serviços de apoio administrativo à Diretoria Executiva, o controle da tramitação de documentos e correspondências; a manutenção e atualização do cadastro de autoridades, bem

como os arquivos e fichários de publicações referentes às atividades do órgão; outras atividades correlatas.

**Art. 13.** À Assessoria Especial compete prestar assistência ao Diretor-Presidente na elaboração de estudos e pareceres técnicos nos diversos assuntos de interesse da ADERES e para o alcance da sua finalidade; outras atividades correlatas.

**Art. 14.** À Assessoria de Comunicação compete assessorar a Diretoria Executiva e demais unidades do órgão, planejando e elaborando a divulgação das ações da ADERES; elaborar e acompanhar material e instrumentos de divulgação interna e externa, bem como os informativos e materiais a serem encaminhados ou demandados pelos veículos de comunicação; organizar eventos de interesse do órgão; cuidar e promover a imagem do órgão; outras atividades correlatas.

**Art. 15.** Ao Diretor Administrativo e Financeiro compete coordenar os serviços administrativos e financeiros da ADERES e zelar pela conservação dos bens patrimoniais; coordenar e controlar as atividades das unidades que lhe são subordinadas; dirigir e orientar a execução dos serviços de natureza financeira; substituir o Diretor-Presidente nas suas faltas e impedimentos; supervisionar a elaboração de balancetes, balanço e prestação de contas anual; coordenar a elaboração do orçamento anual; elaborar em conjunto com o Diretor Técnico o programa de treinamento e capacitação de pessoal; assessorar a Diretoria Técnica no que tange às relações entre a ADERES e os seus parceiros, assessorando-a na elaboração de propostas de prestação de serviços ou no que for necessário à obtenção de contratos e convênios; outras atividades correlatas.

**Art. 16.** Ao Diretor Técnico compete prover, planejar, coordenar, controlar e executar as atividades técnicas da ADERES, segundo diretrizes estabelecidas, visando à consecução dos objetivos delegados pelo Diretor-Presidente; coordenar e controlar as atividades das gerências que lhe estão subordinadas; planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de relacionamento com os parceiros da ADERES, segundo diretrizes estabelecidas, visando à consecução dos objetivos delegados pelo Diretor-Presidente; implementar, no que lhe couber, os objetos de contratos e convênios celebrados com outras entidades e órgãos públicos; elaborar planos, programas, projetos e orçamentos sob sua coordenação, segundo as normas para tal fim baixadas; exercer suas atividades em coordenação com a Diretoria Administrativa e Financeira, no que tange as atividades da ADERES; outras atividades correlatas.

**Art. 17.** À Gerência Administrativa compete a supervisão das atividades relativas à gestão de recursos humanos, patrimonial, controle da execução da folha de pagamento, dimensionamento, redistribuição, recrutamento e seleção de recursos humanos; administração de carreira, cargos e salários; direitos e deveres dos servidores; aplicação da legislação específica para administração de pessoal, assistência aos aposentados; controle de frequência, exoneração, nomeação e posse; a organização, supervisão, controle, execução e avaliação das atividades de protocolo e arquivo, reprografia, telefonia, portaria, transportes; execução da atividade de compras, cadastro de fornecedores e catálogos de

materiais, promovendo suas revisões, atualizações; execução das atividades de limpeza, manutenção preventiva e corretiva de imóveis, veículos e equipamentos de escritório; atividades de expedição de correspondências; entrega e recolhimento de volumes e documentos remetidos pela ADERES ou a ela destinados; outras atividades correlatas.

**Art. 18.** À Gerência Financeira compete a centralização das atividades de controle contábil, escrituração de atos e fatos econômicos e financeiros: o acompanhamento da execução orçamentária; arrecadação, movimentação, pagamento ou restituição de valores; supervisão, coordenação e orientação dos trabalhos referentes à escrituração de despesas; controle mensal dos saldos dos títulos contábeis, de empenhos, de restos a pagar; coordenação das atividades de empenho e anulação de empenhos; a elaboração da prestação de contas do ordenador da despesa mensal e anual; elaboração do balanço geral da ADERES; outras atividades correlatas.

**Art. 19.** À Gerência Especial de Projetos Setoriais compete o planejamento, coordenação, elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de programas e projetos especiais e estruturantes de iniciativa do Governo do Estado; subsidiar nas articulações junto aos organismos dos Governos Federal, Estadual e Municipais, com o objetivo de estabelecer parcerias e de criar condições para viabilizar programas e projetos especiais e estruturantes; fomentar e articular parceiros da iniciativa privada e de entidades governamentais e não governamentais para a viabilização das ações e atividades da ADERES; outras atividades correlatas.

**Art. 20.** À Gerência Especial de Projetos Regionais compete o planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de programas e projetos de desenvolvimento local e de integração regional de iniciativa do Governo do Estado; subsidiar nas articulações junto aos organismos dos Governos Federal, Estadual e Municipais e empresas e entidades de iniciativa privada e organizações não-governamentais, com o objetivo de estabelecer parcerias e de criar condições para viabilizar as iniciativas do Governo Estadual ou de outras esferas, de interesse para o desenvolvimento local e regional; outras atividades correlatas.

~~**Art. 21.** À Gerência Especial de Parcerias Público-Privadas compete identificar e propor a celebração de parcerias de interesse do Estado; controlar e executar atividades operacionais de elaboração, acompanhamento e avaliação de estudos e propostas de modelagem de projetos; emitir pareceres sobre propostas de projetos de parceria público-privadas; assessorar as instâncias do Governo voltadas para as parcerias público-privadas; outras atividades correlatas. (Revogado pela Lei Complementar nº 492/2009)~~

**Art. 22.** O patrimônio da ADERES é constituído de:

I - bens móveis e imóveis doados pelo Estado do Espírito Santo, bem como outras doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, observando-se as prescrições legais;

**II** - bens e direitos oriundos da execução de contratos, convênios, acordos, ajustes e congêneres;

**III** - bens móveis e imóveis que adquirir;

**IV** - bens móveis, semoventes, instalações e equipamentos oriundos do atual acervo da ADERES.

**Art. 23.** Constituem-se receitas da ADERES:

**I** - as dotações orçamentárias fixadas anualmente no orçamento geral do Estado;

**II** - os recursos decorrentes de lei específica, as receitas operacionais compatíveis com as finalidades do órgão, incluindo aquelas provenientes de acordos, convênios, contratos, ajustes e congêneres;

**III** - doações, legados, auxílios, contribuições, subvenções e benefícios, particulares ou oficiais, concedidos por autoridades nacionais ou estrangeiras, com ou sem condições, desde que aceitos pelo Conselho de Administração, observando-se as prescrições legais;

**IV** - rendas e aplicações financeiras;

**V** - recursos provenientes de fundos existentes ou a serem criados;

**VI** - os créditos abertos em seu favor;

**VII** - receitas resultantes da prestação e vendas de serviços de quaisquer naturezas, de produtos derivados de suas atividades e outras rendas que vier auferir.

**Art. 24.** A Tabela Salarial do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da ADERES é a constante do Anexo II, que integra esta Lei Complementar.

**Art. 25.** Ficam criados os cargos de provimento em comissão com suas nomenclaturas, referências, quantitativos e vencimentos para atender às necessidades de funcionamento da ADERES, constantes do Anexo III, que integra esta Lei Complementar.

**Art. 26.** Ficam criados os cargos de provimento efetivo da ADERES, com suas nomenclaturas, nível de escolaridade, quantitativos e vencimentos, constantes do Anexo IV, que integra esta Lei Complementar.

**§ 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar as atribuições, critérios e requisitos para o provimento dos cargos efetivos de que trata o caput deste artigo.



**§ 2º** Os cargos efetivos de que trata o ~~caput~~ deste artigo serão preenchidos mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos da legislação vigente.

**§ 3º** Os cargos efetivos de que trata o ~~caput~~ deste artigo estarão sujeitos à Lei Complementar nº 46, de 31.01.1994, Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Espírito Santo, e suas alterações posteriores.

**§ 4º** A jornada de trabalho dos servidores efetivos da ADERES é de 40 (quarenta) horas semanais.

**Art. 27.** A empresa ADERES, transformada na autarquia ADERES por meio desta Lei Complementar, sub-rogará a ADERES em todos os direitos e obrigações.

**Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado a promover o encontro de contas, envolvendo o patrimônio líquido e créditos da ADERES, com os órgãos das administrações direta e indireta do Estado e o passivo da referida empresa.

**Art. 28.** Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias no Plano Plurianual, para o quadriênio 2004-2007, e a abrir os créditos necessários ao cumprimento desta Lei Complementar.

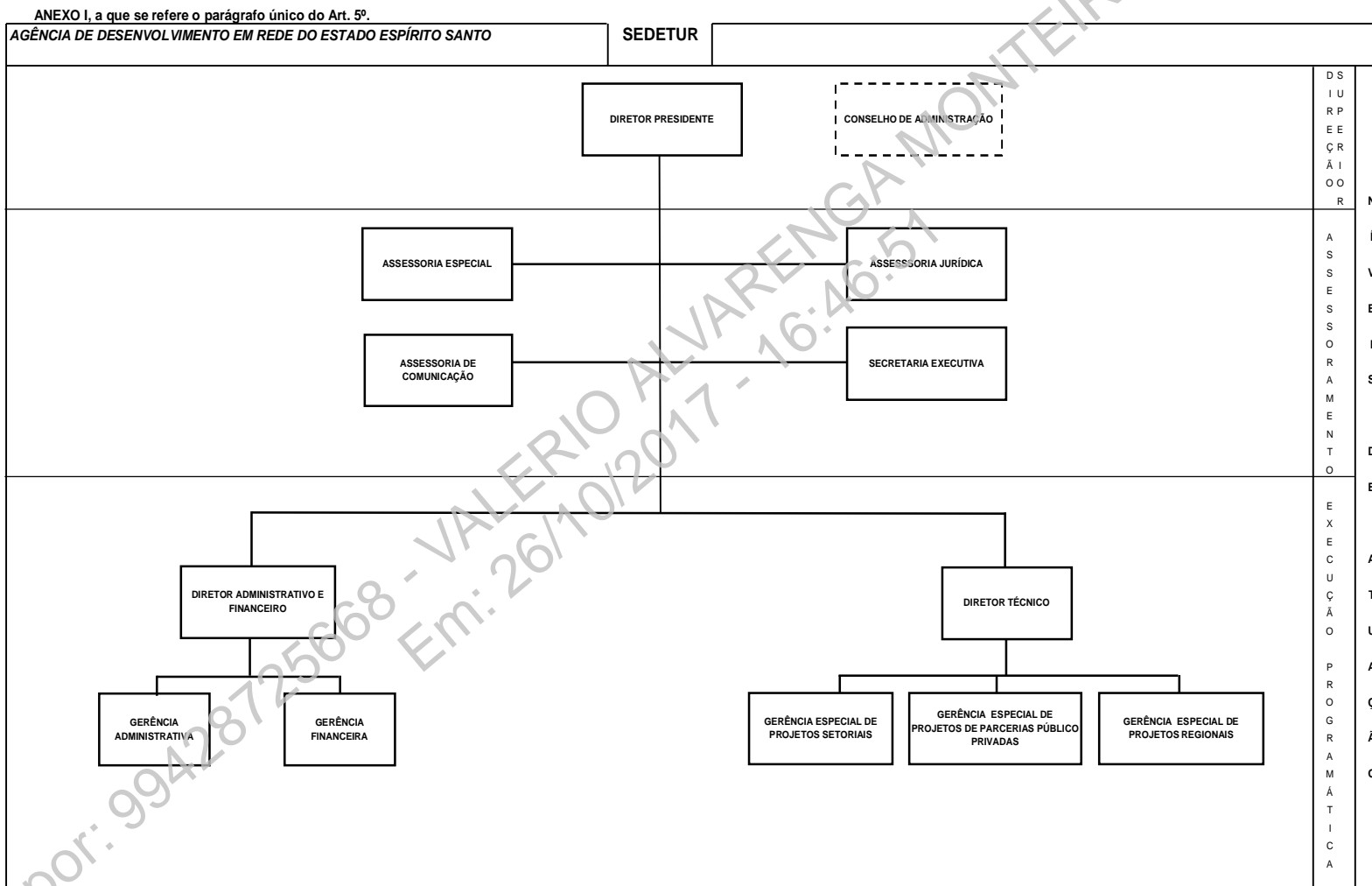
**Art. 29.** Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei Complementar no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

**Art. 30.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Fonte Grande, em Vitória, 19 de março de 2007.

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**  
Governador do Estado

(D.O. 21/03/2007)



LEGENDA:



ÓRGÃO COLEGIADO

**Anexo II** - Tabela salarial dos cargos comissionados, a que se refere o artigo 24.

| REFERÊNCIA | VALOR    |
|------------|----------|
| AD . 01    | 6.000,00 |
| AD . 02    | 5.000,00 |
| AD . 03    | 4.160,00 |
| AD . 04    | 3.640,00 |
| AD . 05    | 3.120,00 |
| AD . 06    | 2.080,00 |
| AD . 07    | 1.560,00 |
| AD . 08    | 1.248,00 |
| AD . 09    | 586,00   |

**Anexo III .** Cargos de provimento em comissão criados, a que se refere o artigo 25.

| Nomenclatura                 | REF     | QUANT     | VALOR    | VALOR TOTAL       |
|------------------------------|---------|-----------|----------|-------------------|
| Diretor-Presidente           | AD . 01 | 1         | 6.000,00 | 6.000,00          |
| Diretor                      | AD . 02 | 2         | 5.000,00 | 10.000,00         |
| Chefe da Assessoria Jurídica | AD . 03 | 1         | 4.160,00 | 4.160,00          |
| Assessor Especial Nível I    | AD . 03 | 2         | 4.160,00 | 8.320,00          |
| Assessor Especial Nível II   | AD . 05 | 2         | 3.120,00 | 6.240,00          |
| Assessor Especial Nível III  | AD . 06 | 2         | 2.080,00 | 4.160,00          |
| Assessor Especial Nível IV   | AD . 07 | 3         | 1.560,00 | 4.680,00          |
| Assessor Especial Nível V    | AD . 08 | 3         | 1.248,00 | 3.744,00          |
| Gerente Especial             | AD . 03 | 3         | 4.160,00 | 12.480,00         |
| Gerente Adjunto              | AD . 04 | 8         | 3.640,00 | 29.120,00         |
| Gerente Administrativo       | AD . 06 | 1         | 2.080,00 | 2.080,00          |
| Gerente Financeiro           | AD . 06 | 1         | 2.080,00 | 2.080,00          |
| Secretária Executiva         | AD . 07 | 2         | 1.560,00 | 3.120,00          |
| Secretária Executiva Adjunta | AD . 08 | 2         | 1.248,00 | 2.496,00          |
| Motorista de Diretoria       | AD . 09 | 2         | 586,00   | 1.172,00          |
| <b>VALOR TOTAL</b>           |         | <b>35</b> |          | <b>100.052,00</b> |

**Anexo IV -** Cargos de provimento efetivos criados, a que se refere o artigo 26.

| Nomenclatura       | Escolaridade      | Quantitativo | Vencimento       |
|--------------------|-------------------|--------------|------------------|
| Técnico Superior   | Superior Completo | 10           | 1.560,00         |
| <b>Valor total</b> |                   | <b>10</b>    | <b>15.600,00</b> |